

Cara leitora, caro leitor,

A publicação da 137ª Edição da Revista Jurídica da Presidência – RJP vem acompanhada de importantes conquistas! Finalizamos o ano de 2023 com a realização de novos Acordos de Cooperação Técnica firmados com Instituições de Ensino Superior. Além disso, iniciamos a implementação de modernização do sistema de submissão de artigos à RJP, no intuito de aprimorar o processo de gestão dos textos e facilitar a comunicação com os pareceristas *ad hoc* e com os autores.

Abrimos este número com o texto do autor convidado o Prof. Dr. Rubén Miranda Gonçalves, da *Universidad de Las Palmas de Gran Canaria*, Espanha, intitulado “*El derecho humano al agua potable y al saneamiento ¿utopía o realidad?*”, em que leva o leitor à reflexão sobre como garantir o acesso à água de qualidade a todos.

Na seção *Artigos em Língua Estrangeira*, a autora Marta Zbucka-Gargas, Profa. Dra. da *University of Gdańsk*, Polônia, e o autor Cláudio Iannotti da Rocha, Prof. Dr. da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, problematizam a forma de regulamentação adotada pela Comissão Europeia e introduzem a questão da preservação ambiental no âmbito do desmatamento presente nas cadeias globais de abastecimento das empresas multinacionais.

Em seguida, apresentamos o texto “*Antecedentes históricos de la Propiedad Industrial*”, no qual é feita uma análise, à luz da história do Direito de Propriedade Industrial, desde a Antiguidade até a Idade Média, dos fatores que contribuíram para o surgimento do Direito de Marcas.

Iniciamos a seção *Artigos* com “Regulação & inovação: desenho regulatório do SNCTI sob a teoria da regulação inteligente”, em que os autores investigam a interferência no desenho regulatório em razão da eventual adoção dos pressupostos da teoria da regulação inteligente pelo Brasil no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI.

Na sequência, disponibilizamos a discussão trazida pelos autores Breno Baía Magalhães e Leandro Nascimento Rodrigues, que observam os argumentos decisórios da ADC 41 e como elas poderiam impactar o modelo de administração pública gerencial no Brasil.

No artigo “Arras e consumação prévia de atos de concentração econômica sob a perspectiva do Cade”, de José Carlos Jordão Pinto Dias e de Leonardo da Silva Sant’Anna, os autores examinam se o pagamento de arras, antes da aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, configura hipótese de *gun jumping*, e promovem debate sobre Procedimento Administrativo para Apuração de Ato de Concentração.

Ainda na seção *Artigos*, em “A conformação da medida de segurança ao sistema de saúde mental brasileiro pela reforma estrutural”, a sistemática das medidas de segurança é debatida pelos autores, enquanto forma de responsabilização penal do infrator com transtorno mental, para verificar se a reforma estrutural, pela via processual, poderia promover a efetivação dos direitos fundamentais desses sujeitos.

Encerramos esta edição com o artigo da autora Adriana Pereira Campos, que estabelece uma comparação entre as bases políticas elencadas a favor do Tribunal do Júri frente à magistratura dos três fóruns legislativos – as Cortes de Lisboa, o Conselho de Procuradores Gerais do Brasil e a Assembleia Constituinte brasileira do ano de 1823 – para operar com o conceito de soberania nacional ou popular em relação ao funcionamento da justiça.

Agradecemos aos membros do Conselho Editorial, aos consultores *ad hoc*, às instituições de ensino superior parceiras da RJP e às autoras e aos autores, cujas pesquisas são de grande relevância para o contexto contemporâneo. Agradecemos também à equipe da Revista, às servidoras e aos servidores da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, em especial, do Centro de Estudos Jurídicos, que trabalham com excelência para a publicação desta Revista.

Sigam nosso perfil no Instagram (@cej.saj\_oficial) para acompanhar as novidades!

Desejamos uma excelente leitura!